

Racismo e Antirracismo: Produção Acadêmica e Ativismo Negro no Brasil¹

Racismo y Antirracismo: Producción Académica y Activismo Negro en Brasil

Paulo César Ramos² 
Ana Maura Tomesani³ 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n3.54816

Recebido em: 28/08/2020
Aprovado em: 30/09/2020

Resumo: O objetivo deste trabalho é contribuir para a compreensão de marcos importantes no debate sobre racismo no Brasil e seu efeito no ativismo negro, enfatizando a última fase, que trata de violência policial. A forma como organizamos as ideias faz deste texto um material introdutório para aquela(e)s que porventura estejam interessada(o)s no ativismo negro no Brasil e/ou pretendem apenas ter referências sobre o debate racial, nos limites do que já está consolidado no Brasil e no seu diálogo com as teses brasilianistas. Além de realizar a revisão da literatura consolidada no tema das relações raciais no Brasil, repassamos casos emblemáticos do protesto negro contra a violência racial.

Palavras-chave: Racismo e Antirracismo; Movimento Negro; Violência Policial; Violência Racial.

Resumen: El objetivo de este trabajo es contribuir a la comprensión de hitos importantes en el debate sobre el racismo en Brasil y su efecto sobre el activismo negro, enfatizando la última fase, que gira en torno a la violencia policial. La forma en que organizamos las

¹ Este artigo foi publicado originalmente em inglês sob o título “*Racism and Black Activism in Brazil: a Literary and Historical Review*” na *Brasiliana Journal of Brazilian Studies* como RAMOS, P. C.; TOMESANI, A.M. Racism and Black Activism in Brazil: a Literary and Historical Review. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 8, p. 3-31, 2019 (<https://doi.org/10.25160/bjbs.v8i1-2.106209>; <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/106209>), periódico do Centro de Estudos Brasileiros do *King's College London*, que autorizou a republicação do artigo traduzido para português. Contudo, é preciso esclarecer que este trabalho que segue não corresponde à tradução *ipsis literis* do original porque algumas alterações foram feitas para atender aos pareceristas da versão em português. Agradecemos à Maria Julia Venâncio Ananias pela colaboração no trabalho de tradução da versão original em inglês para esta versão em português.

² Universidade de São Paulo (USP) – E-mail: pc.ramos@usp.br.

³ Universidade de São Paulo (USP) – E-mail: anamaura@gmail.com.

ideas hace de este texto un material de introducción para aquellos que puedan estar interesados en el activismo negro en Brasil y/o solo quieren tener referencias sobre el debate racial, dentro de los límites de lo ya consolidado en Brasil y en su diálogo con las tesis brasilianistas. Además de revisar la literatura consolidada sobre el tema de las relaciones raciales en Brasil, pasamos por casos emblemáticos de la protesta negra contra la violencia racial.

Palabras claves: Racismo y Antirracismo; Movimiento Negro; Violencia Policial; Violencia Racial.

1. Introdução

Logo após a Abolição da Escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, as teorias racialistas pró-embranquecimento e a anti-hibridização começaram a se espalhar no Brasil. Essas teorias foram a base do novo estado em desenvolvimento - estado este que via o Brasil como um país branco (Duarte, 1946, 6; apud 1999b, Maio) - e contribuíram para a ação racista do Estado. Tal processo contou com a importação de trabalhadores europeus no lugar de políticas de integração para os afrodescendentes recém-libertos no novo sistema de produção e na sociedade em geral. Segundo alguns autores, essas ações demonstram flagrantemente o estado de racismo em vigor no início da República (Silvério 2002; Guimarães 2012), que acabou determinando o lugar que os afrodescendentes ocupariam na estratificação social brasileira até os dias atuais.

O debate intelectual que acompanhou esse processo no Brasil foi fortemente influenciado pelo trabalho seminal de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1993). Antes deste trabalho, o debate racial era travado por jornalistas influentes e membros de instituições científicas criadas recentemente no país, como museus etnográficos, institutos históricos e geográficos e faculdades de direito e medicina, conforme relatado por Lilia Moritz Schwarcz em *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* (1993). A maioria dessas instituições científicas defendia ideias pró-embranquecimento e olhavam para as organizações negras da época com desconfiança e medo. Freyre revolucionou essas ideias com sua tese de que a miscigenação era o resultado e a base de uma convivência pacífica entre negros e brancos no Brasil, e que por isso deveria ser incentivada. O trabalho de Freyre forjou o mito da democracia racial – que serviu e serve até hoje como um escudo para o racismo, como veremos adiante.

Esses debates intelectuais ocorreram paralelamente ao desenvolvimento de organizações negras com diferentes propósitos. O ativismo negro no Brasil passou por

várias fases – uma fase de criação de associações para ajuda mútua, outra de valorização cultural dos afrodescendentes, uma terceira fase que denunciou radicalmente o racismo e a fase final e atual, mais propositiva, na qual os ativistas ocupam espaços públicos para afirmar suas vozes e começar a exigir políticas de reparação. Além disso, essas fases parecem ter sido acompanhadas por debates semelhantes sendo conduzidos na academia sobre racismo versus racialismo, democracia racial e, mais tarde, a desconstrução do mito da democracia racial.

O último conjunto de estudos sobre a questão da raça no Brasil já não trata mais de provar a existência de racismo (com raras exceções). Em vez disso, preocupa-se com a relevância das políticas de ação afirmativa, o debate sobre políticas públicas universalistas *versus* particularistas ou evidenciando os esforços do ativismo negro para estabelecer uma agenda de ação governamental. Alguns poucos estudos se concentram nesta fase mais recente do ativismo negro apontando para uma tendência à denúncia da violência, particularmente a violência policial, fazendo uso do termo "genocídio" para se referir ao problema.

Nós não pretendemos explorar a correlação direta entre as descobertas no debate acadêmico e o surgimento de lutas específicas na agenda dos ativistas negros. Para tal tarefa, variáveis intervenientes deveriam ser controladas, como fatos referentes ao momento político e histórico no Brasil (abolição da escravidão e ausência de políticas inclusivas, políticas para embranquecimento da população trabalhadora, governos autoritários, o papel da imprensa e, especialmente, a imprensa negra incipiente, mas importante, desenvolvida em várias instâncias) bem como em nível internacional (Primeira Guerra Mundial, ascensão do fascismo, Segunda Guerra Mundial, pós-Guerra, Guerra Fria, desenvolvimento de ativismo negro nos Estados Unidos e em todo o mundo, Conferências da ONU etc.). Em vez disso, nos limitamos a observar que é possível notar a existência de uma relação entre o conhecimento produzido na academia e o desenvolvimento paralelo de ideias propagadas pelo ativismo negro em todas as suas fases, com exceção da última. Aqui argumentamos que a denúncia de um genocídio da população negra pelo homicídio de jovens negros parece ter surgido primeiro entre os militantes negros e depois nas universidades.

O objetivo deste trabalho é, portanto, contribuir para a compreensão de marcos importantes no debate sobre racismo no Brasil e seu efeito no ativismo negro, enfatizando a última fase, que trata de violência policial. A forma como organizamos as ideias faz

deste texto um material introdutório para aquela(e)s que porventura estejam interessada(o)s no ativismo negro no Brasil e/ou pretendem apenas ter referências sobre o debate racial, nos limites do que já está consolidado no Brasil e no seu diálogo com as teses brasilianistas. Contudo, há que se fazer uma ressalva.

As recentes transformações postas em curso no âmbito do ensino superior a partir das políticas de ação afirmativa para a graduação e para a pós graduação, garantindo acesso de aluna(o)s e pesquisadora(e)s negra(o)s à universidade, sopram ventos benfazejos sobre a atual narrativa acerca das relações raciais no Brasil – construída, em geral, por autores brancos. Com efeito, há uma tendência recente de passar a agregar as contribuições de autora(e)s negra(o)s que nem sempre são incorporada(o)s a esta abordagem. Autora(e)s como Lélia Gonzales, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Clovis Moura, entre outros e outras serão/estão sendo mais lida(o)s e paulatinamente sendo incorporada(o)s às análises sociais. O que certamente enriquece e impacta as interpretações sobre racismo e antirracismo no Brasil.

Trata-se de um movimento recente e paulatino, que está sendo reforçado pelo reavivamento das obras clássicas, como a coletânea de textos de Gonzales (2020) por Flávia Rios e Márcia Lima e revisões críticas de autores como Clóvis Moura por Márcio Farias (2020), e até mesmo a publicação de novas edições de autores como Abdias do Nascimento (Nascimento, 2015). Certamente a incorporação destas leituras irá conformar no curso de alguns anos o campo de pesquisa sobre relações raciais no Brasil.

2. Academia e Estudos Raciais no Brasil

O autor possivelmente mais preocupado em reconstruir uma história sobre como a academia tratou os estudos raciais no Brasil é Guimarães (1999, 1999b, 2003, 2012). Ele lida com a controvérsia sobre o uso do termo "raça", explicando que entre o final do século XIX e o início do século XX o termo foi usado para descrever povos nativos de certos continentes, onde um fenótipo seria a marca registrada dessas pessoas. Esse conceito de raça, que relacionava traços biológicos a supostas características psicológicas, morais e intelectuais, sustentava uma série de doutrinas científicas que ajudaram a justificar ações racistas e genocidas da primeira metade do século XX. Essas doutrinas foram nomeadas por Appiah (1997, 33; apud Guimarães, 1999b, 147) como racialismo, que fundamentou ideologias nacionalistas e a criação de estados-nação, especialmente na Europa. Após a tragédia da Segunda Guerra Mundial, o termo “raça” caiu em desuso tanto

na biologia (que passou a usar o termo "população") quanto nas ciências sociais (que deram preferência ao termo "etnia").

O lançamento de *Casa Grande & Senzala* em 1933, por Gilberto Freyre, teve o efeito interessante de desafiar essas doutrinas racialistas, pois valorizava a miscigenação e as relações inter-étnicas, exaltando - de uma maneira romântica para alguns - as contribuições dos africanos e seus descendentes para a cultura nacional brasileira. O livro também destacou a convivência harmoniosa entre brancos, afrodescendentes e mestiços no Brasil, supostamente o resultado de uma maior tolerância do catolicismo português em relação a outras manifestações religiosas e um modelo de escravidão "mais humanizado" do que aquele observado em outros países escravocratas (Maio, 1999). Portanto, Freyre (1993) e seus apoiadores desafiaram a crescente elite intelectual - particularmente de São Paulo e Rio - que, ainda fortemente influenciada pelas teorias racialistas, via na obra de Freyre uma ameaça à construção da nação que desejavam, que era predominantemente branca e seguidora dos padrões culturais e intelectuais europeus.

O trabalho de Freyre teve um papel importante em desacreditar as doutrinas racialistas que governavam o Brasil durante a Primeira República (1889 - 1930), além de valorizar o patrimônio cultural africano. No entanto, seu trabalho encorajou a ideia de que existiria uma espécie de "paraíso racial" no Brasil, uma rara e pacífica convivência entre brancos e afro-descendentes, o que poderia ser comprovado pelo alto grau de miscigenação. Mais tarde, essa abordagem seria objeto de fortes críticas de pesquisadora(e)s e ativistas, que argumentaram que a tese de Freyre sobre a democracia racial ignorava e perpetuava o racismo estrutural e invisível herdado da escravidão e traduzido em desigualdades raciais (Bastide & Fernandes (1955); Fernandes (1962); Nascimento (1978); do Vale Silva (1978), Hasenbalg (1979), Hasenbalg & Do Vale Silva (1988)). Ironicamente, as primeiras e mais afiadas críticas vieram de pesquisas desenvolvidas dentro de um projeto da UNESCO, implementado no Brasil para explorar a suposta paz racial propagandeada pelas obras de Freyre.

2.1. O projeto UNESCO

O contexto internacional de meados da década de 1940, fortemente marcado pelas consequências da Segunda Guerra Mundial, exigiu a criação de órgãos transnacionais de mediação e resolução de conflitos. A Organização das Nações Unidas (ONU) e sua agência líder, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

e a Cultura (UNESCO), surgiram com o objetivo explícito de resolver os problemas decorrentes do impacto do racismo, que teriam culminado no Holocausto. Motivada pelo desastre do nazi-fascismo e pela necessidade de provar que a coexistência era possível, a UNESCO decidiu financiar uma grande pesquisa sobre as bases da convivência pacífica, um estudo de ambientes onde pessoas diferentes poderiam viver de uma maneira não conflituosa. A organização via o Brasil como um dos países que parecia equacionar melhor a coexistência de diferentes grupos raciais. Na época, era considerado um "grande laboratório sócio-antropológico", o que o levou a ser selecionado para observação (Maio 1999; Praxedes 2012).

O projeto da UNESCO foi desenvolvido entre 1950 e 1952 nos estados da Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. O Instituto Joaquim Nabuco, em Recife, criado recentemente por Gilberto Freyre, participou da pesquisa, a pedido do próprio Freyre, que começava a ver sua tese sendo criticada em cursos de ciências sociais recém-desenvolvidos no país:

Gilberto Freyre vive no início dos anos 50 uma situação paradoxal: enquanto sua interpretação do Brasil, como um país com lições de civilização a oferecer à humanidade, é uma fonte inspiradora para a política anti-racista da UNESCO, torna-se um discurso intelectual (Luso-tropicalismo) legitimando o império colonial português (cf. Thomas, 1996) (Maio, 1999b, p. 112-113).

Para surpresa da UNESCO, os quatro relatórios elaborados no âmbito do projeto apontaram para a existência de uma estrutura social hierárquica que restringia a mobilidade social de afro-descendentes e mestiços, reconhecendo a existência de preconceito e discriminação racial (Praxedes 2012). No entanto, esse preconceito não se traduziu em ações legais e as desigualdades não geravam um clima permanente de tensão.

O projeto da UNESCO teve um papel importante ao iniciar uma série de investigações sistemáticas sobre as relações raciais no Brasil, um campo de conhecimento anteriormente dominado por escritores, jornalistas e ensaístas. Representou as primeiras pesquisas sobre o assunto com rigor metodológico e científico e desconstruiu a ideia de que o Brasil era um caso exemplar de convivência harmoniosa entre raças. Desmistificou o mito da democracia racial e questionou a visão romântica da miscigenação como pretensa prova da ausência de segregação e discriminação no país. Segundo Praxedes (2012), um relatório de Roger Bastide, responsável pela pesquisa em São Paulo ao lado

de Florestan Fernandes, resume a conclusão geral dos pesquisadores envolvidos no projeto:

Para Roger Bastide, a sociedade brasileira limita ou impede a mobilidade ascendente de afro-descendentes sem segregação institucional. Bastide considera que "os brancos defendem sua posição dominante por meios indiretos, mas eficazes" (Bastide, 1955, 149). Ao comparar o Brasil com os Estados Unidos em relação às formas existentes de discriminação social, o autor conclui que uma 'linha de cores' bem estabelecida nos EUA facilitou a mobilidade ascendente dos afro-descendentes em comparação com a sociedade brasileira que, embora não apoie a segregação institucionalizada, vive, como vimos, com inúmeras formas práticas e encobertas de discriminação e restrições que impedem que os afro-descendentes assumam as posições de maior prestígio e melhor remuneração (Praxedes, 2012, p. 211-212).

Apesar da importância do projeto da UNESCO para estudos de relações raciais no Brasil, a desconstrução do mito da democracia racial permaneceu um desafio para o campo acadêmico. O mito ainda esteve presente no senso comum durante todo o período subsequente, que corresponde à ditadura militar. Falar em desigualdades raciais durante esse período implicava necessariamente em "ser racista": como não eram permitidas diferenças entre afrodescendentes e brancos, elas só podiam ser expressas na forma de desigualdades entre classes sociais (Guimarães 1999b). A categoria "raça" era considerada uma invenção estrangeira, desconectada do contexto brasileiro, e seu uso era caracterizado como "racismo". Assim, uma pretensa ideologia antirracista estava sendo forjada no Brasil, o que paradoxalmente significou a negação da desigualdade racial como um fenômeno social. A aparente confusão entre anti-racialismo e antirracismo parece ter contribuído para a reprodução das desigualdades sociais entre as raças e o contínuo racismo no Brasil (Guimarães 1999b).

2.2. Raça e Desigualdades: os estudos de Nelson do Valle e Silva e Carlos Hasenbalg

A partir do final da década de 1970, o mito da democracia racial, ainda em vigor tanto na sociedade quanto nas estruturas estatais, passa a incomodar significativamente setores do ativismo negro. Alguns eventos específicos, que serão o foco desta próxima seção, refletem a relação conflituosa entre o Movimento Negro e uma suposta ideologia antirracista:

Essa tensão entre uma ideologia anti-racista, que negava corretamente a existência biológica de raças, e uma ideologia nacional que negava a existência de racismo e discriminação racial acabou se tornando insuportável e insustentável para todos os fatos (Guimarães, 1999b, p. 153).

Para provar a existência do racismo, foi necessário resgatar o termo raça, desconectando-o de seu conteúdo biologizante. Em outras palavras, era necessário afirmar a existência de diferenças raciais para que o racismo pudesse ser evidenciado – afinal, não é possível combater algo que não existe. Caso contrário, de acordo com Guimarães, "se os afro-descendentes considerarem que não existem raças, acabarão descobrindo que eles não existem inteiramente como pessoas, pois são parcialmente percebidos e classificados por outros como uma raça" (Guimarães, 1999b, p. 154). Até então, negar a existência de raça era uma estratégia usada pela classe branca dominante para assegurar privilégios.

Nesse período foram divulgados os estudos de Nelson do Valle e Silva (1978) e Carlos Hasenbalg (1979). Do Valle e Silva foi um economista brasileiro que defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Michigan sob o título "Black-white income differentials: Brazil, 1960" em 1978 - em português, seu trabalho foi publicado como O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil (1979). Hasenbalg era um pesquisador argentino radicado no Brasil que defendeu sua tese de doutorado em Berkeley sob o nome: "Race Relations in Post-Abolition Brazil: The Smooth Preservation of Racial Inequalities", que mais tarde foi publicado em forma de livro em português como *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (1979). Juntos, os autores produziram um trabalho seminal: *Estrutura Social, Mobilidade e Raça* (Hasenbalg e Do Valle e Silva, 1988), e vários outros trabalhos escritos em estreita parceria foram lançados por ambos os autores durante os anos 90.

O trabalho desses dois pesquisadores pode ser considerado um marco nos estudos raciais no Brasil. Usando vários indicadores socioeconômicos, eles mostraram que a cor de um indivíduo é um fator muito forte na determinação de sua condição de pobreza e sua reprodução. Com isso, eles conseguiram demonstrar que as desigualdades raciais não eram apenas uma questão de posição social, mas que as desvantagens nas dimensões socioeconômicas e geográficas são sistemáticas e têm efeito cumulativo (Do Valle e Silva, 1978; Hasenbalg, 1979; Hasenbalg e Do Valle e Silva, 1988; Hasenbalg e Do Valle e Silva, 1990).

Usando uma metodologia quantitativa, a pesquisa demonstrou que as desigualdades sociais no Brasil “tinham um componente racial evidente, que não podia ser reduzido a diferenças educacionais, de renda ou de classe e, criticamente, também não podia ser diluído por um gradiente de cor” (Guimarães, 1999b, 154). A questão do "gradiente de cor" é um achado importante desses estudos: a ideia de que um possível clareamento da população poderia ser traduzido em melhores oportunidades de integração social foi contestada por Hasenbalg e Do Valle e Silva. Eles concluíram que, embora houvesse uma diferença sutil entre as condições dos não-brancos (pretos e pardos), a diferença entre eles e os brancos era muito maior. Existia, portanto, uma grande polarização entre brancos e não brancos, independentemente do gradiente de cor dos não brancos. Isso levou os dois pesquisadores a preferir uma combinação dessas duas classificações – preta e parda – em uma única categoria: não brancos ou negros (Hasenbalg & Do Valle e Silva, 1988; Guimarães, 1999b).

Esses estudos surgiram em um momento crucial para a mobilização do Movimento Negro. Como veremos, eles legitimaram a importância de se readotar o conceito de “raça” para combater o racismo e também estimularam os afro-descendentes a reafirmar suas raízes africanas, independentemente do tom de pele (Guimarães, 2002). O mito da democracia racial, ainda difundido, mascara o fato de que a suposta ausência de racismo em termos de relações interpessoais está associada à existência de racismo nos níveis institucional e estrutural (Silvério 2002, Guimarães 2012). Esse tipo de racismo, em vigor desde a abolição da escravidão por meio de políticas regressivas, impediu o acesso igual dos afrodescendentes a bens e serviços, empurrando-os para uma subclasse e forjando a noção de que os afrodescendentes eram sem instrução, desempregados e sem-teto como resultado de serem pobres e afrodescendentes. O racismo foi, portanto, subsumido à questão da desigualdade de classe (Guimarães, 2012), relegando os negros a uma posição subordinada, notada mesmo em situações em que os indicadores nacionais mostravam melhoras sociais significativa (Henriques, 2001).

2.3. Ativismo acadêmico e ação afirmativa

No final dos anos 80 e início dos anos 90, havia um estado de confluência entre ativismo e academia. Com o fim do período militar (1964-1985), os pesquisadora(e)s afrodescendentes começaram a se sentir mais à vontade para denunciar situações racistas em suas pesquisas acadêmicas, dando visibilidade aos esforços anti-racistas através da

produção de conhecimento (Silva, 2010). A crescente quantidade de pesquisas realizadas por homens e mulheres afro-descendentes gerou vínculos entre pesquisadora(e)s tanto em ambientes acadêmicos como governamentais, o que fortaleceu essa agenda de pesquisa e propostas de políticas inclusivas para a população negra. Nesse período, ocorreram vários eventos acadêmicos que buscavam reunir pesquisadores afro-descendentes. No entanto, o mais importante desses eventos ocorreu apenas em 2000, com o Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE), que ocorre a cada dois anos e alavancou a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Desde o terceiro COPENE, uma rede de centros de estudos afro-brasileiros começou a articular e pressionar o Ministério da Educação por políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras (Silva, 2010).

O surgimento de políticas de ação afirmativa no debate acadêmico tem sido – e ainda é – objeto de muita controvérsia. A área que talvez gere mais debates entre os intelectuais e a imprensa brasileira é a de cotas nas universidades públicas (Silvério, 2002, 2003; Guimarães, 2003b; Lima, 2010). Como em qualquer política de ação afirmativa, o princípio das cotas é que elas estabeleçam o padrão pelo qual as diferenças étnicas e raciais são reconhecidas em uma nação. Isso já é objeto de debate por parte dos intelectuais que ainda acreditam e defendem o mito da democracia racial. Para eles, o Brasil é visto como uma população, independentemente de sua condição social e/ou raça, para a qual políticas universais seriam mais justas (Silvério, 2002). Assim, políticas punitivas, como as que criminalizam o racismo, bem como políticas culturais de reconhecimento, são bem aceitas pela sociedade e por esses intelectuais, uma vez que a primeira se concentra em “comportamentos individuais desviantes” e a segunda na herança cultural dos africanos para desenvolvimento da nação brasileira. No entanto, políticas de ação afirmativa de natureza redistributiva, cujo objetivo é promover mudanças estruturais na distribuição de oportunidades entre negros e brancos (Lima, 2010), causam visível descontentamento entre os intelectuais brancos, que defendem numerosos argumentos para desconstruir a necessidade de cotas. Segundo Silvério (2003), existe uma agenda em jogo para estes intelectuais, que é a de continuar a garantir seus próprios privilégios em uma sociedade segregada.

De acordo com Munanga (2007), os argumentos mais comuns levantados contra as cotas são: a) não se sabe exatamente quem são os afro-descendentes no Brasil; b) políticas de ação afirmativa estão sendo abandonadas nos EUA; c) as cotas não se destinam aos povos indígenas; d) as cotas podem prejudicar a imagem profissional dos

afrodescendentes que dela se beneficiaram; e) cotas podem levar a uma deterioração da qualidade da educação. O autor contesta todos esses argumentos, mostrando que em países onde as cotas foram implementadas, foi possível gerar mobilidade social sem comprometer a imagem profissional de seus beneficiários. Além disso, a discussão sobre a possibilidade de distorção na declaração de cor/raça (baseada na autodeclaração) pode ser solucionada com pesquisas posteriores para verificar em alguns anos se as cotas beneficiariam mais os brancos do que os afro-descendentes, o que poderia indicar o caso de revisão da política.

Guimarães (2002) compartilha da ideia de que o poder público deve se ater aos resultados. Se, ao final do processo, a política de cotas das universidades tiver sido eficiente e garantido acesso a afrodescendentes e maior mobilidade social nos anos subsequentes, a política poderá ser considerada bem-sucedida (Guimarães, 2002). Sobre a questão da degradação da qualidade da educação, pesquisas mostram que, mesmo que os estudantes sejam admitidos nos cursos desejados com notas inferiores aos não-cotistas, os cotistas têm desempenho semelhante ou melhor do que os não usuários de cotas (IPEA, 2008). Em resumo, o desempenho de cotistas e não-cotistas tende a se igualar ao longo do tempo.

Outro argumento comum é o de que as cotas geram mais segregação e que somente políticas universais devem ser aplicadas no campo da educação. Silvério (2003) afirma que esse argumento desconsidera o papel da “raça” na alocação de indivíduos em cargos mais baixos no mercado de trabalho, subsumindo desigualdade racial à desigualdade social, numa época em que já há uma quantidade significativa de pesquisas demonstrando que no Brasil "a pobreza tem cor" e que não é por acaso. Além disso, segundo o autor, a cegueira social de alguns intelectuais e da mídia faz com que não se reconheça que a racialização já existe: basta uma rápida pesquisa entre as posições de maior prestígio na sociedade. A elite é branca, e as cotas apenas "desracializariam" a elite, tornando-a multirracial e contribuindo para a desconstrução dos estereótipos negativos dos afro-descendentes.

Apesar da quantidade razoável de pesquisas que tratam da relevância ou não de ações afirmativas, particularmente na área da educação, existem ainda poucos estudos avaliando o impacto dessas políticas no Brasil. Isso ocorre porque as cotas são muito recentes e é necessário que os beneficiários já tenham se formado há alguns anos antes que quaisquer mudanças em suas respectivas trajetórias possam ser avaliadas.

É importante ressaltar que, paralelamente à discussão de cotas e sua implementação, o campo do ativismo acadêmico negro teve muitos desdobramentos. Isso pode ser observado especialmente na área das ciências sociais, mas há interessantes estudos na área da Saúde Pública que começam a discutir as especificidades da população negra e exigem políticas voltadas a essa população, chamando a atenção para o fato de que as desigualdades sociais que separam afrodescendentes e brancos também se refletem na saúde da população negra (Werneck et al, 2000; Werneck 2001, 2005; Araújo et al, 2010; Lopes, 2005). Esta literatura destaca a importância de decompor os dados da saúde por cor, para que políticas direcionadas possam ser desenvolvidas (Araújo et al, 2014; Soares Filho, 2012).

Apenas para citar um exemplo que ilustre a importância desta categorização, os registros administrativos da Saúde – que são decompostos por cor/raça desde os anos 90 - permitiram verificar que entre 6% e 10% da população negra no Brasil é acometida pela anemia falciforme, uma doença hereditária que apresenta maior incidência em pessoas pretas, pardas e mestiças⁴. É o tipo de dado que pode embasar a formulação de políticas públicas com foco em um segmento específico da população – neste caso, a população negra.

3. As três fases do Movimento Negro no Brasil e a questão que persiste

Capturar uma definição do Movimento Negro no Brasil na literatura em questão é um tanto difícil. Alguns escritores e ativistas trabalham com uma definição mais ampla, sugerindo que mesmo associações recreativas, movimentos culturais, instituições de caridade ou entidades religiosas possam ser incorporadas ao que é convencionalmente chamado de Movimento Negro no Brasil (Santos, 1994, 157; apud Domingues, 2007), pois ofereciam alternativas de sociabilidade, tolerância e até proteção a escravos fugitivos (Moura, 1943, 49; Silva, 2010). Outros preferem trabalhar com uma definição política mais específica que leve em conta movimentos mobilizados em torno da questão racial.

Este seria o caso de Domingues (2007), que divide o ativismo negro em três fases: da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937), da Segunda República à Ditadura Militar (1945-1964) e Redemocratização (1978-2000). Essa divisão, embora

⁴ Fonte: Ministério da Saúde, 2017 (<http://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/saude-da-populacao-negra/divulgacao.html#:~:text=O%20%C3%ADndice%20de%20incid%C3%A2ncia%20de,do%20que%20as%20mulheres%20brancas>).

não pareça esquematicamente em outros trabalhos, está presente no trabalho de outros autores que buscaram reconstruir a história do Movimento Negro no Brasil (Guimarães, 2003; Silva, 2010, Silvério, 2002). Domingues também propõe uma quarta fase em potencial que abrange o início do século XXI, na qual o Hip Hop desempenharia um papel importante, mas este seria um momento vago em termos de ativismo político para este autor. Já Ramos (2014) discorda desta visão, entendendo que é possível visualizar claramente uma quarta fase do Movimento Negro no Brasil, que se concentraria na ocupação de espaços públicos, na denúncia de ações policiais violentas e letais e no protesto em torno do “genocídio” da juventude negra.

3.1. Primeira Fase: Frente Negra Brasileira

A primeira fase do Movimento Negro começa com a Proclamação da República (1889), que ocorreu logo após a Abolição da Escravidão (1888). A abolição da escravidão não foi acompanhada de políticas para incluir esses indivíduos libertos no mercado de trabalho - pelo contrário, a "teoria do embranquecimento" vigente no momento levou os empregadores a dar preferência a imigrantes europeus (Andrews, 1991, 32; apud Domingues, 2007). O fato é que os afrodescendentes recém-libertos estavam em uma situação muito marginalizada, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, uma vez que suas manifestações culturais e religiosas também eram socialmente desvalorizadas.

Durante esse período, surgiram várias entidades negras de mobilização racial no Brasil, como clubes recreativos, associações de trabalhadores "de cor", comunidades etc. Em princípio, essas organizações não tinham finalidade política. Elas forneceram um espaço para sociabilidade e ajuda, material ou não. Nessa etapa, chegou-se a desenvolver o que costuma ser chamado de "imprensa negra", um conjunto de jornais escritos por afro-descendentes com conteúdo voltado para a população negra das principais cidades do país. Em 1931, a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) ocorreu em São Paulo, sendo esta a primeira organização a reunir membros em todo o Brasil através de "filiais" estabelecidas em várias regiões.

Além do número de membros, a grande vantagem da FNB sobre as entidades que a precederam foi o fato de ter uma agenda deliberada de demandas políticas (Domingues, 2007), incluindo a ideia de que uma segunda abolição era necessária (Guimarães, 2012). A organização, liderada por Arlindo Veiga dos Santos, até se tornou um partido político que concorreu às eleições presidenciais, apresentando um programa

político autoritário e nacionalista, fortemente influenciado pelo nazi-fascismo europeu. A organização, que tinha uma escola, um time de futebol e até assistência médica para seus membros, foi extinta em 1937 com a instalação do período autoritário do Estado Novo (1937-1945).

Alguns autores colocam a FNB como reprodutora de valores impostos pela ideologia do embranquecimento, expressando as aspirações dos afro-descendentes da classe média (Barbosa, 1998, 12; apud Silva, 2010), que valorizavam a miscigenação e o assimilacionismo (Domingues, 2007). Ainda assim, a FNB desempenhou um papel importante na mobilização dos negros em torno de um esforço antirracista, já apontando a educação como um caminho para a inclusão étnico-racial (Silva, 2010).

3.2. A segunda fase: o Teatro Experimental Negro

A segunda fase da mobilização do Movimento Negro ocorreu na Segunda República, período democrático de 1945 a 1964. As organizações que surgiram durante esse período apresentavam uma denúncia mais definida da discriminação racial do que a fase anterior. A população negra ainda era muito marginalizada socialmente, outro fator que incitou essas organizações, embora elas fossem menores e mais difusas do que antes (Domingues, 2007).

O grupo mais importante desse período, em termos políticos, foi o Teatro Experimental Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro em 1944 e liderado por Abdias do Nascimento, ex-militar e ex-membro da Frente Negra Nacional e do Integralismo. Embora as preocupações desse grupo fossem inicialmente de natureza cultural, com o objetivo de formar um grupo de teatro totalmente negro, o TEN ganhou outros contornos ao longo do tempo. Lançou um jornal, ofereceu cursos de alfabetização, organizou congressos e competições, fundou instituições culturais, organizou e participou de debates públicos e defendeu claramente os direitos civis e a criação de uma legislação antidiscriminação para os afrodescendentes no Brasil (Domingues, 2007).

Até o golpe militar de 1964, quando cessaram suas atividades, a trajetória do TEN e de seus líderes era instável. Durante seus vinte anos de atividades, eles mudaram e consolidaram várias posições em sua estrutura. Começaram como um grupo artístico que reivindicava o reconhecimento da herança africana e terminaram como um movimento ativista que apoiou os afro-descendentes e denunciou as desigualdades raciais. No começo, flertaram com a ideia de democracia racial, mas logo a abandonaram,

pois perceberam que as desigualdades não podiam ser resolvidas apenas pela integração social e pela miscigenação racial. Palavras como “resistência” e “revolta” foram sendo gradualmente incorporadas ao discurso de Abdias do Nascimento (Macedo, 2006; Guimarães, 2006), figura importante que reuniu ativistas negros ao seu redor e em torno do TEN (Silva, 2010).

Abdias do Nascimento foi para os Estados Unidos em 1968, durante o que chamou de auto-exílio, e lá ficou até 1981. Custódio (2011) explica que esse período foi intenso em termos de ativismo negro e cultural e que Nascimento deixou o Brasil como artista e voltou como ator político. Isso não significa que a criação do TEN não deva ser considerada um ato político. O que o autor explora é que a experiência de Nascimento nos EUA - incluindo os eventos de que participou e os contatos que ele desenvolveu no ativismo negro americano - alteraram definitivamente seu discurso, algo visível dentro de sua produção na época (Custódio, 2011).

Alguns dos desenvolvimentos visíveis no discurso pós-exílio de Nascimento incluem uma radicalização contra o mito da democracia racial e a incorporação de elementos do pan-africanismo (Macedo, 2006; Custódio 2011). Curiosamente, Nascimento foi o primeiro autor a tematizar a tentativa do Brasil de eliminar fisicamente os afro-descendentes de seu território em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), escrita durante o exílio. Neste trabalho, o autor destaca o processo de miscigenação incentivado pelo governo como forma de embranquecer o país e eliminar completamente a população negra de seu território. Essa ideia de um "genocídio" perpetrado pelo Estado contra a população negra seria posteriormente reformulada pelo ativismo negro dos anos 2000 (Ramos, 2014), como veremos abaixo. Não por acaso, a obra de Abdias do Nascimento foi reeditada em 2002.

Nascimento também iniciou uma carreira política ao retornar dos Estados Unidos. Filiado ao Partido Democrático do Trabalhador (PDT), um partido brasileiro de centro-esquerda, ele ajudou a construir uma agenda para o Movimento Negro dentro do partido, executou um mandato como deputado federal (1983-1987) e foi eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro em 1991. Ele também assumiu posições políticas no governo do Estado do Rio de Janeiro, particularmente durante o mandato de Leonel Brizola. Faleceu em 2011 depois de receber vários prêmios e homenagens por sua contribuição à luta contra a discriminação racial.

3.3. *A terceira fase: o Movimento Negro Unificado (MNU)*

A terceira fase do Movimento Negro foi precedida por um período que silenciou ativamente os protestos. Além da repressão da própria ditadura, a direita seguiu compromissada com o mito da democracia racial, enquanto a esquerda rejeitava a anti-discriminação, pois entendia que isso dividia os trabalhadores e enfraquecia a luta pelo socialismo. Apesar disso, várias organizações culturais emergiram durante o período da ditadura. Na arena política, o final da década de 1970 viu o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), fortemente influenciado pela luta pelos direitos civis dos negros e por suas figuras de destaque nos EUA.

O movimento surgiu da força de vários movimentos e organizações existentes, que se uniram em torno de um ato público de repúdio e protesto desencadeado pela morte do feirante Robson Silveira da Luz (que será tratado na seção subsequente). A partir de então, o MNU começou a trabalhar para incentivar os afro-brasileiros a ingressarem na organização e lutar em espaços públicos contra a opressão racial, a marginalização social e econômica e a violência policial contra os negros (Domingues, 2007; Silva, 2010). O MNU tinha um programa de ação voltado para a luta anti-racista em escala nacional, com o objetivo de fortalecer o poder político do movimento. Parte de sua agenda política era desmistificar a democracia racial, incentivar homens e mulheres negra(o)s a reafirmar suas raízes e apreciar a cultura africana (música, roupas, penteado, danças), afirmando radicalmente a necessidade de ações visando a igualdade racial (Guimarães, 2012).

Vale ressaltar que essa fase também marcou a inclusão de mulheres negras à mobilização política, quando começaram a surgir demandas específicas relacionadas a gênero para a população negra (Silva, 2010). O Movimento de Mulheres Negras foi particularmente ativo na área da saúde. Mais especificamente, tratava-se de saúde reprodutiva, uma questão introduzida no programa de militância por mulheres negras (Lima, 2010).

As questões fundiárias relacionadas às comunidades quilombolas também começaram a tomar forma nesta fase, bem como a promoção de reuniões acadêmicas para discutir os trabalhos sobre questões raciais entre estudantes e pesquisadores de pós-graduação negros. Isso culminou com a organização do Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE) e a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), já citados anteriormente, e que alavancaram o surgimento de centros de estudos afro-brasileiros em várias universidades do país (Silva, 2010). Nos anos 80, os estudiosos

afro-descendentes também eram militantes do MNU. Aqui é importante destacar que a relação entre esses centros de estudos, órgãos do Ministério da Educação e da Fundação Palmares foi responsável pela criação do programa Uniafro, que visa promover ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras.

4. Violência policial: uma questão persistente

A humilhação sofrida por Manuel do Nascimento, 80 anos, na Lojas Americanas, em Porto Alegre, em 24 de novembro, e a morte de Marcelo de Jesus, não são fatos isolados; são fatos espetaculares da violência cotidiana que vitimam trabalhadores negros em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre – e em todo o país, humilhando e matando negros aos olhos indiferentes da sociedade a ponto de se constituírem em fatos "normais" (Milton Barbosa, 1989. Violência racial no Brasil. Acervo particular de Milton Barbosa).

A violência policial já estava no centro da reformulação do Movimento Negro brasileiros a partir de 1978. Em 7 de julho daquele ano, foi realizado o ato fundador do Movimento Negro contra a Discriminação Racial, que mais tarde seria chamado de Movimento Negro Unificado. O ato, realizado na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, era um protesto contra a morte de Robson Silveira da Luz, feirante levado para a delegacia no bairro de Guaianases por suspeita de roubar frutas. Ele morreu nas instalações da delegacia depois de ser interrogado e não ter confessado, sob tortura. Esse momento é um marco importante, já que atesta a reorganização do Movimento Negro após um longo período de pouca ação, devido às pressões sofridas durante o regime militar.

Anos depois, novas mobilizações ocorreram com contornos semelhantes. O Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo mobilizou-se pela condenação de dois policiais envolvidos no assassinato de Benedito Ezequiel Pereira Filho em 13 de julho de 1984. O cabo da polícia Luiz Carlos Canoas de Oliveira atirou na boca do jovem negro depois de um desentendimento entre eles no contexto de uma abordagem policial em que o jovem se recusou a mostrar documentos.

Figura 1: *Punição aos assassinos de Benedito Ezequiel*

PUNIÇÃO AOS ASSASSINOS DE BENEDITO EZEQUIEL

As entidades abaixo, vem a público denunciar mais um ato de VIOLENCIA POLICIAL, ocorrido na noite do dia 13 último, quando o jovem trabalhador negro BENEDITO EZEQUIEL PEREIRA FILHO foi baleado por policiais militares (cabo Luiz Carlos CANOA de Oliveira e soldado FLORINDO Camilo Baena), — que prestavam serviço particular a uma farmácia — resultando sua morte.

Fatos como esse, causa revolta em toda população trabalhadora e é uma reafirmação da forma violenta que a população, em particular, a população negra, vem sendo tratada há muito pelos órgãos policiais.

E mais ainda, temos que repudiar a atitude do Comandante do 8º B.P.M., Major Germano DENIZALI, que vem tentando de todas as formas, acobertar e proteger os policiais assassinos, bem como a todo comando da PM por atitude semelhante.

Convocamos o povo, bem como as entidades populares, associações, sindicatos, igreja e outras, a se solidarizarem nesta luta, para a REALIZAÇÃO DE UMA CONCENTRAÇÃO dia 28/07/84 às 11 horas em frente à Catedral de Campinas e CAMINHADA passando pelo Jardim Carlos Gomes encerrando com um ato público no Largo do Rosário para exigir a PUNIÇÃO dos policiais ASSASSINOS, e de seus acobertadores, de modo a lembrá-los que são pagos com dinheiro do povo, para proteger a população e não para assassiná-la.

- PUNIÇÃO AOS POLICIAIS ASSASSINOS, COM JULGAMENTO NA JUSTIÇA COMUM.
- DEMISSÃO DO MAJOR DEMIZALE E TODO O COMANDO DA PM EM CAMPINAS!
- FIM DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL!
- FIM DA VIOLENCIA POLICIAL!

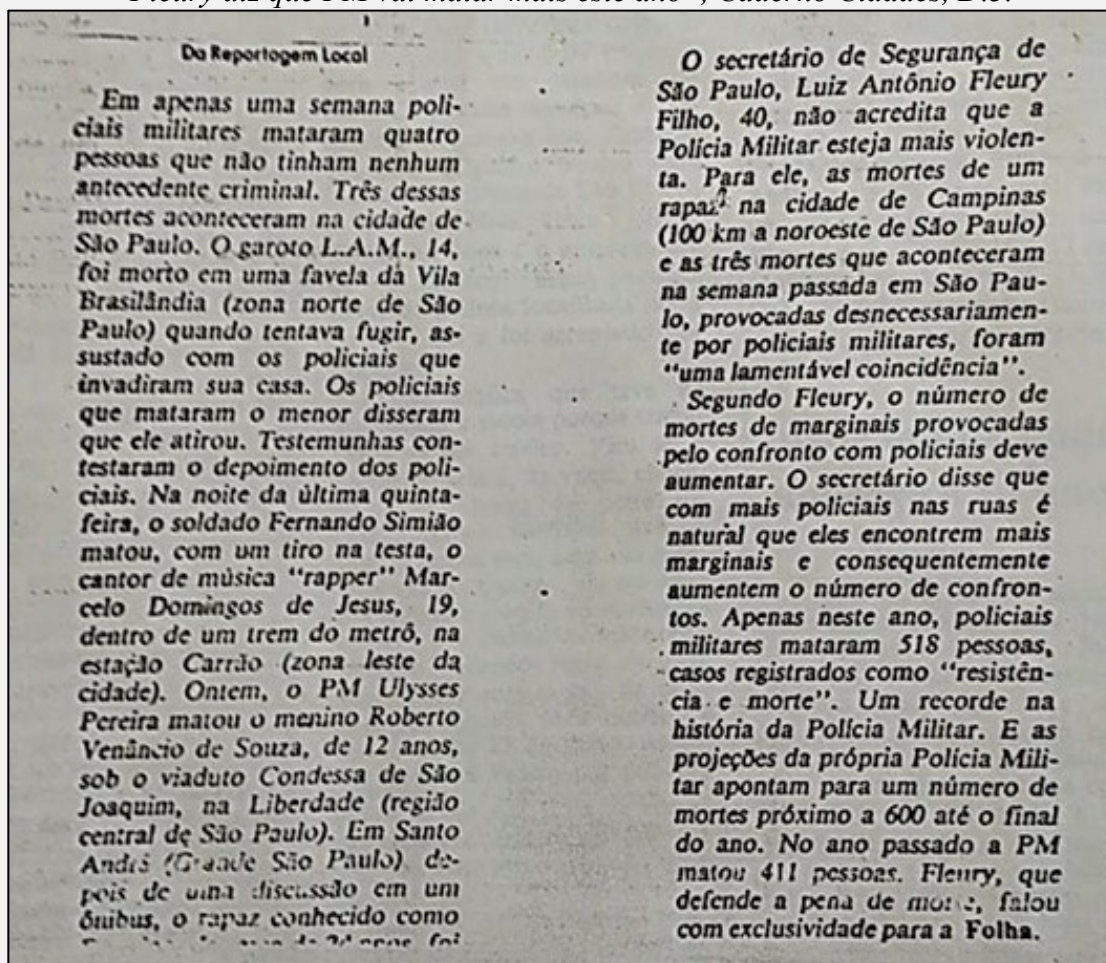
Apoiam:

Movimento Negro Unificado; Comissão Funcionários da CPFL; Entidades Negras: Liga Humanitária dos Homens de Cór, Coord. Entid. Negras do Est. S.Paulo, Soc. Negros Muçulmanos do Brasil, Centro de Cultura Afro-brasileira, Aliança Afro Brasileira, Movimento de Integração Social; Escolas de Samba: Assoc. Escolas de Samba de Campinas, Quilombo de Palmares, Renascença, Rosas de Prata, Estrela Dalva; Grupos: Afro-Soul, Luanda, Stars Blacks, Mi-Roberfram, Liberdade Canto e Dança-Ballet Afro; Sociedades e Associações de Moradores: P. Tropical, Mauro Marcondes, São Vicente, P. Universitário, Jd. Sta. Lucia, Pe. Manoel da Nóbrega, V. Rui Novais, Jard. C. Lourenço, V. Costa e Silva; Sindicato e Associações Profissionais: Bancários, Eletricitários, Gráficos, Petroleiros, Servidores da Unicamp, Assistentes Sociais do Est. S. Paulo, Vigilantes: Associação Moradores de Favelas: Jd Bandeiras, S. Quirino, Nogueira, D. Pedro II - Núcleo Iporã, Vila Brandina, V. Georgina, Pq. Universitário — Núcleo N. Parque, Jd. Anchieta, Real Parque, Jd Aeroporto, Sta Lúcia; FECANTA — Federação Campineira de Teatro Amador; JOC — Juventude Católica Operária; Jomac — Jovens Mensageiros de Cristo; DCE-Pucamp; União de Mulheres de Campinas; Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Comissão de Justiça e Paz; Jornais: Em Tempo, Convergência Socialista, Tribuna Operária; Movimento Revolucionário 8 de Outubro; PT e Comissão de Negros do PT; PDT e Movimento Negro do PDT; PMDB; PTB.

Fonte: Acervo pessoal de Reginaldo Bispo.

Cinco anos após a morte de Benedito Ezequiel, o rapper Marcelo de Jesus, um negro de 19 anos, foi assassinado por um policial militar na linha vermelha do metrô na capital do estado. O jovem havia discutido com o policial quando voltava para casa depois de um show.

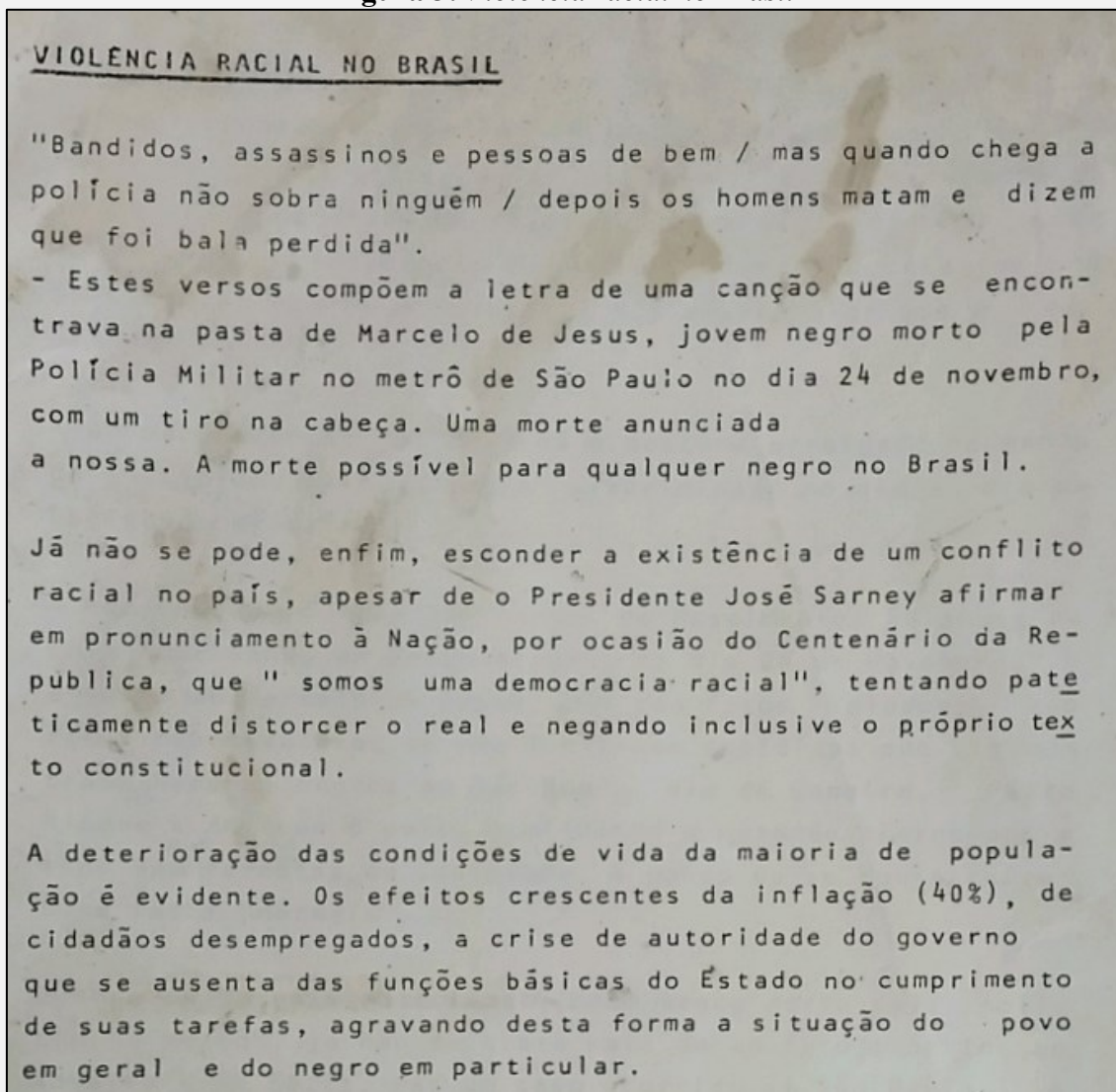
Figura 2: Folha de São Paulo 28 de nov. de 1989
“Fleury diz que PM vai matar mais este ano”, Caderno Cidades, D.3.



Fonte: Acervo pessoal de Milton Barbosa.

O Movimento Negro se voltou contra a polícia, denunciando a morte de Marcelo, utilizando o termo “Violência Racial”, e não mais discriminação racial, como se vê no documento abaixo.

Figura 3: *Violência racial no Brasil*



Fonte: Acervo pessoal de Milton Barbosa.

Os anos 90 foram marcados pela denúncia sistemática da violência policial diária contra os negros nas letras de rap de vários grupos, como o Pavilhão Nove, grupo DMN, Racionais MC's. A década também marcou a denúncia do massacre da Candelária, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Em 23 de julho de 1993, oito meninos de rua foram assassinados enquanto dormiam na Praça da Igreja da Candelária, localizada no centro da capital do estado. Os assassinos dos meninos eram um grupo de policiais que estariam acertando contas com jovens que apedrejaram um carro da polícia alguns dias antes.

Outro caso emblemático é o do professor Mário José Josino, negro de 29 anos, morto a tiros na cabeça pelo líder da operação policial conhecida como Favela Naval, nome da comunidade de Diadema (SP) onde ocorreu o caso. Ele estava no banco de trás de um carro, junto com seus amigos, deixando o local onde haviam sido espancados e

torturados. O tiroteio foi filmado por um cinegrafista amador que gravou esta e outras cenas bárbaras de abuso de autoridade. As imagens foram divulgadas no noticiário brasileiro em março de 1997. A polêmica conquistou o mundo e o movimento negro denunciou a morte de Mário José Josino como um caso de violência racial.

Figura 4: *Reaja à violência racial*

REAJA À VIOLÊNCIA RACIAL
PELO FIM DA IMPUNIDADE DA POLÍCIA MILITAR

As cenas "monstruosas e chocantes" que as redes de televisão tem exibido estes dias, é rotina na vida do trabalhador pobre e negro de qualquer média ou grande cidade deste país.

Este tipo de violência é respaldado por uma antiga lei do tempo da Ditadura Militar que garante aos PM's julgamento na Justiça Militar, que entre 6.000 (seis mil) processos apenas 50 (cinquenta) são julgados.

A morte de **Mário José Josino**, trabalhador e pai de família, de 30 anos, na Favela Naval, em Diadema, é movida pelo mesmo motivo que levou os PM's a executarem **Oswaldo Manoel da Silva**, comerciante, também negro, em Santo André, assim como as chacinas da Candelária, Vigário Geral, Carandiru, Eldorado dos Carajás, Corumbiara e outros.

Estas chacinas, fazem parte da política de exclusão das elites racistas brasileiras, sobre a maioria da população negra e pobre deste país, um projeto de genocídio do negro brasileiro, implementado através da esterilização em massa de mulheres negras, alto índice de mortalidade infantil, morte por fome, doenças infecto-contagiosas, morte por proliferação da cocaína e do crack na juventude negra, ação de grupos de extermínio e violência policial extrema.

A política que gera a concentração de renda, o desemprego, o sucateamento do serviço público - hospitais, escolas, creches, e outros - tem como solução a violência da polícia sobre a população negra e pobre deste país.

É necessário reagirmos a esta violência e pelo fim da impunidade.

Justiça para os policiais que torturam e assassinam.

Eles devem ser julgados pela Justiça Comum.

O **Movimento Negro Unificado** - MNU, convoca a juventude negra e todos que lutam pelo fim da violência e do racismo, para participar do:

ATO PELO FIM DA IMPUNIDADE DA POLÍCIA MILITAR

DIA: 08 DE ABRIL - TERÇA FEIRA
HORARIO: 17:30 HORAS
LOCAL: PRAÇA RAMOS - EM FRENTE AO MAPPIN

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - MNU-SP
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - CÂMARA MUNICIPAL - SP

Fonte: Acervo pessoal de Reginaldo Bispo.

Já em 2004, várias organizações do Movimento Negro se mobilizaram contra a morte de Flávio Santana, de 24 anos. O jovem negro era dentista e foi assassinado por policiais que procuravam um ladrão de carros. Flávio foi baleado pela polícia, que afirmava ter achado o jovem suspeito. A polícia disse que encontrou uma carteira no bolso do dentista que o ligava a um assalto e alegou que Flávio havia resistido à prisão. Essa versão dos eventos, no entanto, foi descartada porque a investigação forense não encontrou vestígios de pólvora nas mãos de Flávio.

Figura 5:

Marcha contra a impunidade, a violência policial, o racismo e pelo direito a vida



Fonte: Acervo pessoal de Milton Barbosa.

Em 2008, o Fórum Nacional da Juventude Negra promoveu a campanha “Luta contra o genocídio da juventude negra”, que foi impulsionada pelo evento do 1º Encontro Nacional da Juventude Negra e rapidamente ecoou na esfera pública, tendo sido um item importante na agenda da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas da Juventude, em 2008, promovida pelo Conselho Nacional da Juventude do Governo Federal. Essa campanha penetrou em outras esferas, como organizações não-governamentais nacionais e internacionais, partidos políticos e outros níveis de governo. Da mesma forma, organizações do Movimento Negro retomaram a agenda do genocídio. A diferença para esse novo momento é a associação direta entre homicídios de jovens negros e violência policial (Ramos, 2014).

Nesta nova fase, mobilizações contra a violência policial se cruzam com campanhas contra o “Genocídio da Juventude Negra”. Por ocasião de dois assassinatos

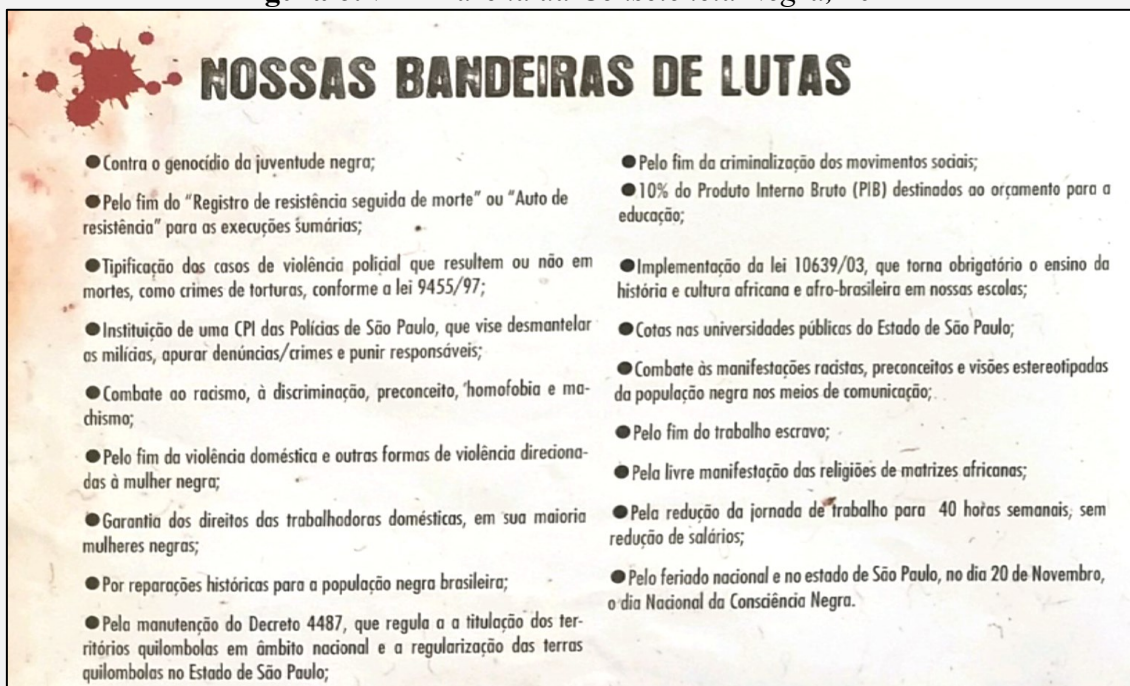
de motoboys⁵ ocorridos na região metropolitana de São Paulo, entre abril e maio de 2010, começa a se capilarizar o protesto contra a violência policial, sob o que se convencionou chamar de “genocídio da juventude preta, pobre e periférica”.

Foi criado um comitê batizado por esta expressão que unia marcadores etários, classistas, raciais e territoriais a fim de ampliar a aliança em prol do fortalecimento da agenda. Em 2011, um dossiê de mais de 500 páginas foi entregue à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, juntamente com um pedido de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar violações de direitos humanos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. O documento foi assinado por mais de “70 entidades do movimento social, e especialmente do Movimento Negro”, 10 delas organizadas em torno do Comitê de Contra o Genocídio dos Jovens Negros Pobres e Periféricos. Tal ação resultou dos protestos contra o assassinato dos dois motoboys citados acima (Nota 3).

A partir de 2007, “genocídio” aparecerá entre os temas do Movimento Negro de forma recorrente e sustentada. Há uma centralidade dessa questão em espaços de movimentos sociais, como no 1º Encontro Nacional da Juventude Negra e na Conferência Nacional da Juventude. Em 2011, dados os episódios de violência policial que estavam ocorrendo e ganhando visibilidade a partir desse momento, a ideia de genocídio aparece associada ao expediente policial e à alta letalidade atribuída às forças estatais em um panfleto focado na VIII Marcha da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2011.

⁵ Eduardo Luís Pinheiro dos Santos, então com 30 anos, iniciou uma discussão com outras três pessoas no dia 9 de abril. Depois que a polícia chegou, os quatro homens foram levados para um batalhão perto da Avenida Casa Verde. Ao chegar no batalhão, Eduardo perguntou à polícia militar por que ele não havia sido levado a uma delegacia e, ao não receber uma resposta, se revoltou. Os outros três homens foram liberados, enquanto Eduardo foi arbitrariamente detido e torturado por mais de 10 policiais. Seu corpo foi encontrado ao amanhecer no dia seguinte, na esquina da Rua Voluntários da Pátria e Avenida Brás Leme. Já o motoboy Alexandre Menezes dos Santos, de 25 anos, foi espancado até a morte por policiais na frente de sua mãe e do irmão mais novo, na porta de sua casa, no bairro Cidade Ademar, São Paulo.

Figura 6: *VIII Marcha da Consciência Negra, 2011*



Fonte: Acervo pessoal de Milton Barbosa.

A ocorrência repetida de episódios como esse ao longo das quatro décadas de Movimento Negro nos leva a questionar o papel da violência policial em sua história. Vale lembrar que essas ocorrências são acompanhadas por variações na intensidade da mobilização e na forma como a violência policial é classificada, nomeada e expressa publicamente em protestos. A recorrência dessas mobilizações parece ter um baixo grau de continuidade entre elas desde os anos em que o Brasil passou por um processo de democratização, marcado pelas revoltas sociais de 1978 – como a greve dos metalúrgicos do ABC, a reorganização do Movimento Negro com a criação do Movimento Negro Unificado e pressões por abertura política.

Pode-se dizer que, durante o período da redemocratização, houve uma série de temas concorrentes na mobilização e articulação dos movimentos negros, como trabalho, educação, valorização da cultura negra e combate à discriminação racial. A maioria desses temas ganhou uma agenda positiva e um lugar na arena das políticas públicas durante o último período democrático, que terminou em 2016, seja com cotas no serviço público, a exigência de incluir cor nos registros administrativos, a obrigação de ensinar relações étnico-raciais ou a implementação de cotas sócio-raciais em instituições de ensino superior. Por mais que a violência policial sempre tenha sido um problema para os negros, bem como "permanecer vivo", não podemos dizer que houve uma agenda estratégica para lidar com a violência.

O caso mais ilustrativo desse problema persistente e a maneira como ele está conectado com outros talvez seja o do assassinato de Marielle Franco em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro⁶. Marielle era moradora da Favela da Maré no Rio de Janeiro, estava no seu primeiro mandato como vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), era negra, lésbica, socióloga e sua plataforma política era a luta pela visibilidade das chamadas “minorias políticas” e a proteção dos direitos humanos.

Figura 7: *Seminário contra a intervenção militar e pelo fim do genocídio negro*



Fonte: Esta imagem apareceu em uma transmissão ao vivo do Facebook pelo jornal Brasil 247 em 30 de abril de 2018⁷.

Houve mobilizações imediatas para exigir justiça, todas expressas em termos da linguagem do movimento negro da época, referindo-se ao genocídio negro e à violência policial. Meses após sua morte, 14 de março entrou no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como "Dia da Marielle Franco - Dia de Combate ao Genocídio de Mulheres Negras" (Lei Estadual 8054/2018).

5. O genocídio da juventude negra no Brasil: o surgimento de uma nova agenda

Enquanto Domingues (2007) não vê nesta quarta fase do Movimento Negro uma plataforma política clara, outros autores caracterizam essa nova fase justamente como a mais propositiva delas (Guimarães, 2003; Lima, 2010; Silvério, 2002; 2003), destacando que foi precisamente após os anos 2000 que o movimento não apenas viu suas principais

⁶ Segundo a polícia, o policial aposentado Ronnie Lessa disparou contra a vereadora, enquanto o ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz dirigia o carro que a perseguia. Marielle e seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, morreram no local. O caso segue sem solução, pois não foi identificado ainda o mandante do crime.

⁷ Ver: www.facebook.com/Brasil247/videos/2020419544677709/ (Acesso em: 10 dez. 2019).

demandas se transformarem em políticas como também começou a participar ativamente de sua formulação (Lima, 2010).

Os dois eventos frequentemente citados como momentos decisivos neste período "entre fases" são a Marcha Zumbi dos Palmares em 20 de novembro de 1995 - a partir de então o movimento negro começou a reivindicar abertamente políticas de ação afirmativa – e a Conferência de Durban (África do Sul) em 2001 – que desempenhou o importante papel de pressionar o então presidente Fernando Henrique Cardoso por políticas direcionadas exclusivamente aos negros (Lima, 2010; Silva, 2010; Guimarães, 2003). Políticas de ação afirmativa que começaram a ganhar reconhecimento na agenda do governo nos últimos quinze anos – principalmente focadas em educação, saúde e trabalho – são o resultado de mobilizações que ocorreram nas 3ª e 4ª fases (atual) do movimento. Rios (2009, 2012) destaca o atual período como a institucionalização do Movimento Negro no Brasil, uma vez que o movimento aproveitou as oportunidades oferecidas pelo Estado durante a redemocratização para desenvolver novas estratégias de mobilização, incluindo a profissionalização gradual de militantes e a especialização do ativismo.

Apesar do fato de que a violência – particularmente a violência policial – já tenha sido mencionada nos documentos do MNU, a questão só ganharia força na quarta fase do protesto negro. Sobre esse assunto, afirmamos que o movimento negro não apenas permanece ativo e muito mobilizado, mas que existe um segmento específico de militância que ganhou destaque particular nos últimos quinze anos: a juventude negra. Em trabalho de 2014, Ramos (2014) reconstrói a mobilização de jovens negros desde o ENJUNE, o Encontro Nacional da Juventude Negra em 2007, demonstrando como esse segmento se organizou desde o início dos anos 2000 em torno de uma agenda quase única e específica: o genocídio da juventude negra. Os jovens reunidos no ENJUNE denunciaram as mortes prematuras de jovens negros principalmente devido à violência do estado, sobretudo pela polícia militar. Além disso, ainda segundo Ramos, as propostas desse evento deram aos jovens o espaço para participar de outros eventos, como o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Segurança Pública. Embora o tema já esteja na agenda do movimento negro há algum tempo na forma de queixas e reações localizadas, o autor argumenta que as ações desde o ENJUNE demonstram uma mudança. O atual plano de ação seria implementar uma agenda estratégica, na qual os membros se organizassem para ocupar espaços de participação social, tornar públicas

suas demandas e pressionar o governo por ações específicas – o que parece corroborar a tese de Rios (2009).

Em apoio ao movimento iniciado pelo ENJUNE para denunciar a violência do Estado contra jovens negros, surgiram outros grupos, como o FONAJUNE - Fórum Nacional de Juventude Negra, o Comitê contra o Genocídio da Juventude Negra e Periférica, Mães de Maio, a campanha "Reaja ou Seja Morto" e outros. Várias marchas foram organizadas e a questão da violência contra jovens negros parece estar ganhando espaço no campo da segurança pública, tanto do ponto de vista governamental quanto acadêmico.

O termo "genocídio" também tem sido usado com frequência na mídia, agências governamentais, entidades da sociedade civil organizada e internacionalmente. Um exemplo é como a ex-presidente Dilma usou o termo em vários discursos presidenciais durante seu primeiro mandato (Ramos, 2014, 59/60). Outro exemplo é seu uso frequente nos manifestos de várias organizações de direitos humanos, como as Mães de Maio (uma referência às mães que perderam seus filhos, principalmente afrodescendentes, para um massacre em maio de 2006). Embora isso possa indicar sucesso na estratégia adotada por esses jovens negros, isso não se reflete na redução de mortes neste segmento da população. Dito isto, os esforços foram capazes de alavancar em 2013 a criação de um programa nacional para a prevenção de homicídios de jovens negros, o Plano Juventude Viva, que foi descontinuado a partir de 2015.

6. Considerações Finais

Esta breve revisão da literatura sobre racismo e ativismo racial no Brasil mostra como o debate intelectual que ocorre dentro dos muros da universidade desde o início do século XX se reflete, em certa medida, na agenda das organizações engajadas no ativismo negro. As teorias de embranquecimento e o amplamente difundido mito da democracia racial impactaram as ideias e prioridades da Frente Negra Brasileira. Da mesma forma, os novos ventos do Projeto UNESCO e seus resultados também influenciaram os trabalhos de Abdias do Nascimento e do Teatro Experimental Negro. Curiosamente, o TEN inicialmente flertou com o mito da democracia racial, mas nos últimos anos de atuação sua agenda foi fortemente marcada pela denúncia das desigualdades raciais.

O Movimento Negro Unificado, organização de natureza mais política e militante que suas antecessoras, incitou os afro-descendentes a reconhecerem suas raízes

africanas. Nesse caso, a identidade racial também foi um fator político. Sugerimos que esse movimento não tenha sido desconectado dos estudos de Nelson do Valle e Silva e Carlos Hasenbalg, para os quais as desigualdades raciais entre brancos e não-brancos (pretos e pardos) eram independentes do gradiente de cor dos não-brancos. O MNU parece ter entendido isso quando lançou um apelo aos não-brancos que nunca tinham se identificado como negros, mas que não conseguiam se ver ocupando posições tradicionalmente brancas na sociedade.

O último período, caracterizado pelas organizações da sociedade civil articuladas em função de uma agenda mais propositiva, apresenta uma característica diferente. Aqui, o termo "genocídio" aparece com força na agenda das organizações ativistas e é mais tarde apropriado por estudiosos que trabalham com violência e letalidade policial. A efervescência política desses movimentos e organizações da sociedade civil durante o governo Lula pode ter incentivado o surgimento dessa agenda, invertendo a ordem de orientação entre ativismo e academia. Pelo menos em relação ao tema do genocídio, as mobilizações sociais orientaram pesquisas tanto dentro das universidades, apontando para a necessidade de investigações mais profundas da violência policial letal com viés racial, quanto dentro dos *think tanks* da área, que passaram a divulgar dados e análises de criminalidade e violência com recorte racial.

A revisão da literatura sugere, portanto, um alinhamento entre o debate intelectual na academia e o ativismo das ruas. Contudo, no caso das três primeiras fases do protesto negro no Brasil, parece que os movimentos redefiniram e incorporaram o debate acadêmico, enquanto que, na mais recente, essa ordem é subvertida, tendo as questões levantadas pelo ativismo negro sido incorporadas às agendas de pesquisa.

Referências

- Araújo, E. M. et al. (2014). Preenchimento da variável raça/cor de grupos selecionados de causas de morte no sistema de informações sobre mortalidade. *Boletim do Instituto da saúde*, 15, 42-50.
- Araújo, E. M. et al. (2009). A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. *Interface*, Botucatu, 13(31), 383-94.
- Da Silva, C. B. R. (2010). Trajetórias do movimento negro e ação afirmativa no Brasil. *CADERNOS PENESB: Discussões Sobre o Negro na Contemporaneidade e Suas Demandas*, (10), 117-138.
- Do Valle Silva, N. (1978). O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. *Pesquisa e planejamento econômico*, 10(1).
- Do Valle Silva, N. (1978). *Black-white income differentials: Brazil, 1960* (PhD Dissertation). University of Michigan.
- Domingues, P. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, 12(23), 100-122.
- ENJUNE – Encontro Nacional de Juventude Negra (2007). *Relatório Final*. Propostas aprovadas na Plenária final do Encontro Nacional de Juventude Negra.
- Farias, M. (2020). *Clóvis Moura e o Brasil*. São Paulo: Editora Dandara.
- Fernandes, F. (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática,
- Fernandes, F. (2015). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global Editora.
- Gonzales, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano* (Orgs. F. Rios & M. Lima). São Paulo: Editora Zahar.
- Guimarães, A. S. A. (2003). Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 247-268.
- _____ (2012). Cidadania e retóricas negras de inclusão social. *Lua Nova*, (85), 13-40.
- _____ (1999). Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41), 169-171.
- _____ (1999). Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 54, 147-156.
- _____ (2006). Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento. *Revista USP*, (68), 156-167.

Hasenbalg, C. A. & Do Valle Silva, N. (1988). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

_____ (2013). Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, (73), 5-12.

Hasenbalg, C. A. (1978). *Race relations in post-abolition Brazil: the smooth preservation of racial inequalities* (PhD Dissertation). University of California, Berkeley.

_____ (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Henriques, R. (2001). *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA.

Lima, M. (2010). Desigualdades raciais e políticas públicas. As Ações Afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos*, 87.

Lopes, F. (2005, set./out.). Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(5), 1595-1601.

Macedo, M. (2006). *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado: 1914-1968* (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Mães de Maio (2011). *Do luto à luta: mães de maio*. São Paulo: Giramundo artes gráficas.

Maio, M. C. (1999). O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41), 141-158.

Maio, M. C. (1999). Tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto UNESCO. *Tempo social*, 11(1), 111-136.

Munanga, K. (2007). Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e cultura*, 4(2).

Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra.

Nascimento, A. (2015). *O Quilombismo. Documentos de uma militância Pan-Africanista* (3ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.

Praxedes, R. R. (2012). *Projeto UNESCO: quatro respostas para a questão racial no Brasil* (Tese de doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Ramos, P. C. (2014). *“Contrariando a estatística”: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil* (Dissertação de Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Rios, F. M. (2008). *Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo* (Dissertação de mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Rios, F. (2012). O protesto negro no Brasil contemporâneo. *Lua Nova*, 85, 41-79.

Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir) (2010, dez.). *Relatório de Atividades da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial*. Brasília.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930*. Companhia das Letras.

Silvério, V. R. (2002, nov.). Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, (117).

_____ (2003). O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: P. B. G. Silva & V. R. Silvério (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica* (pp. 55-77). Brasília: INEP.

Soares Filho, A. M. (2012). O recorte étnico-racial nos Sistemas de Informações em Saúde do Brasil: potencialidades para a tomada de decisão. In: L. E. Batista et al. (Orgs.). *Saúde da População Negra* (2a ed, vol. 3, pp. 34-61). Brasília: ABPN.

Theodoro, M. et al. (2008). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea.

Werneck, J. (2001). A vulnerabilidade das mulheres negras. *Jornal da Rede Saúde*, 23, 31-33.

_____ (2005). Iniquidades Raciais em Saúde e Políticas de Enfrentamento: As experiências de Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In: Brasil. Fundação Nacional de Saúde. *Saúde da População Negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade* (pp. 315-386). Brasília: FUNASA.

Werneck, J. & Lopes, F. (2009). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola.

Werneck, J. et al. (2000). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Pallas.